



Guia do Formador

Curso curto 1: *Fundamentos do financiamento Climático.*

Índice

Quadro de conteúdos.....	2
Visão geral.....	3
Porquê este curso?.....	3
O que é que se vai conseguir com este curso?.....	3
Quem é que deve frequentar este curso?.....	4
Qual é a duração do curso?.....	4
O que encontrar neste curso e onde?.....	4
Estrutura do guia do formador.....	4
Modalidades de realização dos cursos.....	5
1. Conferências plenárias.....	5
2. Exercícios.....	5
3. Trabalho de grupo.....	5
SESSÃO UM: NEGOCIAÇÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	6
Introdução.....	6
Objetivos de aprendizagem.....	6
Abordagem da sessão.....	6
Tempo.....	6
Orientações sobre a utilização de diapositivos.....	6
Opção de exercício do grupo.....	7
Opção 1: Perguntas de reflexão.....	7
Opção 2: Uma simulação.....	8
SESSÃO DOIS: O QUE É O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO?.....	10
Introdução.....	10
Objetivos de aprendizagem.....	10
Abordagem da sessão.....	10
Tempo.....	10
Orientações sobre a utilização de diapositivos.....	10
Exercícios de grupo.....	12
SESSÃO TRÊS: FLUXOS E INSTRUMENTOS GLOBAIS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO.....	13
Introdução.....	13
Objetivos de aprendizagem.....	13
Abordagem da sessão.....	13
Tempo.....	14
Orientações sobre a utilização de diapositivos.....	14
Exercícios de grupo.....	15
SESSÃO QUATRO: MECANISMOS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E DESAFIOS DE ACESSO.....	16
Introdução.....	16
Objetivos de aprendizagem.....	16
Abordagem da sessão.....	17
Tempo.....	17
Orientações sobre a utilização de diapositivos.....	17
Exercícios de grupo.....	18

Visão geral

Este guia do formador apresenta o curso, fornece o contexto para o material deste curso e enfatiza pontos-chave específicos relacionados com a ajuda ao formador na explicação do conteúdo. O guia do formador também explica como os módulos do curso foram estruturados, como estes módulos contribuem para os objectivos gerais do curso e como este curso deve ser ministrado no contexto do reforço de capacidades em matéria de financiamento climático para funcionários governamentais e outros peritos que possam beneficiar do material oferecido neste curso.

Porquê este curso ?

O curso *Fundamentos do Financiamento Climático* analisa o panorama do financiamento climático, no contexto mais alargado do processo da CQNUMC (Convenção Quadro das Nações para as Mudanças Climáticas). As negociações sobre o clima e o panorama do financiamento estão a tornar-se cada vez mais complexos: estão a surgir novos esquemas de financiamento que são relevantes para os PMA, como o Fundo de Perdas e Danos, e os esquemas existentes (como o Fundo Verde para o Clima, o *GEF* (Fundo Mundial para o Ambiente) e o Fundo de Adaptação) são inerentemente complexos na forma como estruturam o financiamento, com estipulações que requerem uma consideração cuidadosa durante o desenvolvimento da proposta.

Este curso foi concebido para proporcionar uma compreensão fundamental do financiamento climático, incluindo os fluxos de financiamento climático dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, os mecanismos financeiros e os desafios para aceder a um financiamento adequado para a adaptação às mudanças climáticas. O objetivo do curso é dotar os formandos das informações, conhecimentos e compreensão necessários sobre o financiamento climático e os fluxos e instrumentos do financiamento climático, bem como os mecanismos financeiros disponíveis para os países em desenvolvimento acederem ao financiamento climático para adaptação, atenuação e perdas e danos. Ao centrar-se no arco histórico das negociações sobre o clima e no leque de financiamento climático multilateral gerado através do processo de negociação, este curso prepara o terreno para uma exploração pormenorizada de aspectos importantes do financiamento climático no que diz respeito aos outros quatro cursos breves desta série.

O que é que se pretende com este curso ?

- **umentar a compreensão do contexto histórico das negociações sobre as alterações climáticas e da forma como os países negociam no âmbito do processo da CQNUMC.**
- **Melhor compreensão dos aspetos fundamentais do financiamento climático, dos fluxos globais de financiamento climático, dos instrumentos, das lacunas no financiamento da adaptação e do estado do financiamento climático nas negociações.**
- **Uma melhor compreensão dos mecanismos financeiros, das prioridades de programação para o desenvolvimento de notas**

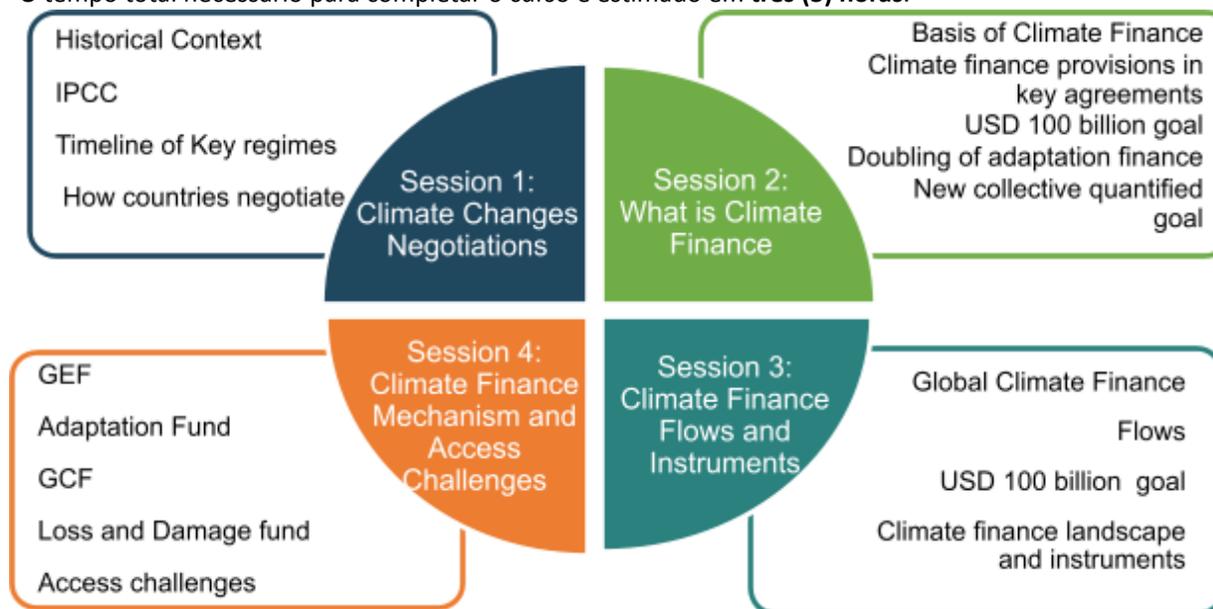
conceptuais e propostas de projetos, bem como dos principais desafios e obstáculos ao acesso ao financiamento.

Quem é que deve frequentar este curso ?

Este curso destina-se a funcionários do Governo, agências e organizações não governamentais. Está particularmente orientado para funcionários envolvidos em negociações sobre mudanças climáticas, desenvolvimento de propostas de projectos e programas relacionados com o clima e sua implementação.

Qual é a duração do curso ?

O tempo total necessário para completar o curso é estimado em **três (3) horas**.



O que encontrar neste curso e onde?

O conteúdo do curso *Fundamentos do Financiamento Climático* responde aos objetivos e resultados do curso, conforme ilustrado na figura 1. O curso é composto por quatro sessões:

Figura 1: Sessões do curso

Estrutura do guia do Formador

Para o guia do formador, cada uma das quatro sessões é composta pelo seguinte:

Introdução que fornece uma visão geral da sessão e dos seus objetivos.

Objectivos de aprendizagem para a sessão, indicando o que o participante pode esperar e aprender na sessão.

Calendário: discriminação das actividades específicas e tempo atribuído a cada uma delas na sessão.

As orientações sobre a utilização dos diapositivos fornecem as informações necessárias ao formador para decifrar as mensagens dos diapositivos, bem como uma indicação sobre quais os diapositivos que podem necessitar de atenção ou de acções específicas a realizar durante os trabalhos.

Exercícios: esta secção indica o tipo de exercícios a realizar para a sessão e as possíveis respostas, bem como indicações sobre onde podem ser colocados durante a sessão.

Métodologia

Este curso utiliza uma diversidade de métodos, incluindo palestras (PowerPoint e participação informal) e sessões participativas (por exemplo, trabalho de grupo, trabalho de pares e discussões, brainstorming e exercícios).

1. Plenárias

As sessões plenárias são concebidas para serem estruturadas em torno da apresentação em Powerpoint, que por sua vez é estruturada em torno do livro de exercícios do curso. Durante as apresentações, o facilitador deve incentivar a participação ativa e o debate em torno dos conceitos e tópicos introduzidos, e é encorajado a suscitar o debate e a colocar questões. Para além da apresentação do conteúdo do curso, as sessões plenárias destinam-se a incentivar os participantes a debater conceitos e questões de forma alargada, como precursor de quaisquer apresentações que sejam feitas.

2. Exercícios

Os exercícios são concebidos para suscitar a participação em trabalhos de pequenos grupos ou em pares, bem como momentos de reflexão individual, que servem para desvendar conceitos-chave. Nalguns casos, os exercícios serão perguntas, noutros casos serão questões de discussão para exploração que dão uma ideia do nível de compreensão obtido na sessão. Para além de orientar os participantes através dos exercícios, o facilitador deve também ser capaz de abordar quaisquer equívocos e mal-entendidos sobre os conceitos.

3. Trabalho de grupo

Os trabalhos de grupo durante as sessões são concebidos para encorajar uma exploração e investigação mais profundas sobre as áreas de interesse que surgem do facilitador. O trabalho de grupo deve ser concebido para permitir um ambiente de pensamento crítico, bem como a partilha de lições de diferentes contextos.

Sessões

SESSÃO UM: MUDANÇAS CLIMÁTICAS NEGOCIAÇÕES

Diapositivos 6-10 do PowerPoint e páginas 6-12 do caderno de exercícios

Nota: Recomenda-se que o formador reveja as páginas relevantes do livro de exercícios antes de conduzir a sessão de formação.

Introdução

Esta sessão apresenta um contexto alargado das negociações sobre as mudanças climáticas no âmbito do processo das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas. Ajuda os alunos a compreender o contexto histórico da negociação das alterações climáticas e a forma como os países negociam no âmbito do processo da CQNUMC.

Objetivos de Aprendizagem

No final da sessão, espera-se que os participantes sejam capazes de compreender:

- as origens da negociação sobre as alterações climáticas e a sua evolução ao longo dos anos para abordar as questões relacionadas com as alterações climáticas.
- como os países negociam no processo de negociação da ONU sobre as alterações climáticas e influenciam a decisão dos resultados negociados.

Sessão abordagem

A sessão recorrerá, em grande medida, a apresentações em PowerPoint para explicar os antecedentes históricos das alterações climáticas da ONU e a sua evolução ao longo dos anos, o processo de negociação e a sua complexidade. Seguir-se-á um exercício.

Segue-se um exercício de simulação das negociações da CQNUAC, que é facultativo e depende da disponibilidade de tempo

Calendário

Apresentação em Powerpoint: 30 minutos

Discussão em plenário: 15 minutos Exercício

Simulação (*opcional*): 60 minutos

Orientações sobre a utilização dos diapositivos

O material de recurso para estes diapositivos pode ser encontrado na versão do livro de exercícios do curso. Esta informação destina-se a ajudar o formador a desenvolver as mensagens dos diapositivos. Em seguida, são incluídas breves explicações dos principais pontos de discussão (mensagens para levar para casa) de alguns diapositivos; estes são os diapositivos para os quais é necessária mais explicação.

Diapositivo 6: Antes de explicar os relatórios de avaliação do IPCC (painel intergovernamental sobre as mudanças climáticas), pode ser importante explicar o que é o IPCC, o seu papel como braço científico da CQNUMC e como contribui para o desenvolvimento das políticas climáticas do governo a vários níveis. Além disso, sublinhar o trabalho do IPCC nas avaliações periódicas dos conhecimentos científicos, técnicos e socioeconómicos sobre as mudanças climáticas, o seu impacto e os riscos futuros, bem como as estratégias de adaptação e atenuação, que servem frequentemente de base para as negociações e as acções em matéria de mudanças climáticas. Por exemplo, a Conferência das Partes convidou o IPCC a apresentar um relatório especial em 2018 sobre os impactos de um aquecimento global de 1,5^o C acima dos níveis pré-industriais e a via de emissão global de gases com efeito de estufa conexas. Este relatório especial tornou-se a base dos esforços para limitar o aumento da temperatura global a 1,5^o C. Para mais pormenores sobre o IPCC (painel intergovernamental sobre as mudanças climáticas), consultar o livro de exercícios do curso.

Diapositivo 7: Explique as conclusões do primeiro relatório de avaliação do IPCC (painel intergovernamental sobre as mudanças climáticas), segundo as quais as actividades humanas têm vindo a aumentar substancialmente a concentração atmosférica de gases com efeito de estufa, o que resultará, em média, num aquecimento adicional da superfície e da atmosfera da Terra e poderá afetar negativamente os ecossistemas naturais e a humanidade. Estas conclusões levaram a que a Conferência Mundial sobre o Clima apelasse à adoção de um tratado global. A CQNUMC foi adoptada em 1992 na sede da ONU em Nova Iorque. O objetivo final da CQNUMC é: estabilizar a concentração de gases com efeito de estufa na atmosfera a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa no sistema climático e permita que os ecossistemas se adaptem naturalmente às alterações climáticas, para garantir que a produção alimentar não seja ameaçada e para permitir que o desenvolvimento económico prossiga de forma sustentável.

Opção - Exercício em grupo

Opção 1: Perguntas para reflexão

- **Quais são as funções do IPCC (painel intergovernamental sobre as mudanças climáticas) e porque é que o IPCC é importante nas negociações sobre as mudanças climáticas?**

- **Como podem os países e os grupos de negociação tirar partido dos dados científicos e dos conhecimentos locais para reforçar a sua posição nas negociações sobre as alterações climáticas**

O facilitador pode envolver o grupo ou dividi-lo em pequenos grupos para debater as duas questões acima referidas. O objetivo do exercício é melhorar a compreensão do papel do IPCC (painel intergovernamental sobre as mudanças climáticas), como braço científico da CQNUMC e como as conclusões científicas do IPCC influenciam a decisão das negociações sobre as mudanças climáticas, bem como a formulação de políticas dos governos a vários níveis, e apoiar o acesso ao financiamento climático para acções climáticas a nível nacional e local.

A segunda pergunta permite que os participantes façam um brainstorming sobre a forma como os países e os grupos de negociação podem tirar partido dos dados, informações e conhecimentos científicos, incluindo os conhecimentos locais e indígenas, para reforçar as suas posições nas negociações sobre as mudanças climáticas, bem como na preparação de propostas de projectos para aceder ao financiamento climático. Os participantes aprenderão mais sobre a ciência climática no curso de curta duração 4 - fundamentos do desenvolvimento de uma lógica climática.

Opção 2: Uma simulação

É apresentada a seguir uma simulação de negociação das mudanças climáticas, mas esta é opcional, dependendo dos participantes visados e da disponibilidade de tempo.

Título: Simulação de negociação da CQNUMC

Objetivo: Simular o processo de negociação no âmbito da CQNUMC e adquirir conhecimentos sobre as complexidades e os desafios das negociações internacionais sobre o clima.

Materiais necessários:

- Informação de base sobre a CQNUMC e os seus principais componentes
- Descrição dos papéis dos diferentes parceiros de negociação (por exemplo, países desenvolvidos, países em desenvolvimento, PMA, ONG)
- Cenários de negociação simulados que representam diferentes aspetos das mudanças climáticas (por exemplo, objectivos de redução das emissões, objetivo global de adaptação, apoio financeiro, transferência de tecnologia)
- Flipcharts ou quadros brancos, marcadores, temporizador

Instruções:

1. Introdução (5 minutos):
 - Apresentar uma panorâmica da CQNUMC e dos seus objectivos.
 - Explicar os papéis das diferentes partes envolvidas na negociação e os seus interesses no processo.
2. Atribuição de funções (5 minutos):
 - Atribuir funções aos participantes com base nos seus interesses ou preferências. As funções podem incluir representantes dos países desenvolvidos, dos países em desenvolvimento, dos países menos avançados, das ONG e das organizações de observadores.
3. Pesquisa de antecedentes (10 minutos):
 - Dê tempo aos participantes para pesquisarem as funções que lhes foram atribuídas, incluindo a posição do seu país ou organização sobre questões-chave, prioridades e objectivos.
4. Rodadas de negociação (30 minutos):
 - Realizar duas rondas de negociação, cada uma centrada num aspeto específico das mudanças climáticas (por exemplo, adaptação, financiamento).
 - Estabelecer um limite de tempo para cada ronda (por exemplo, 10-15 minutos) para simular a pressão de tempo das negociações reais.
 - Incentivar os participantes a participarem em negociações diplomáticas, a fazerem compromissos e a defenderem os seus interesses, tendo em conta as perspectivas das outras partes.

- Facilitar os debates e resolver quaisquer conflitos ou desacordos que surjam durante as rondas de negociação.
5. Análise (15 minutos):
- Facilitar uma sessão de balanço para refletir sobre a experiência de simulação.
 - Discutir os desafios enfrentados durante o processo de negociação, incluindo o conflito de interesses, a dinâmica do poder e a necessidade de criar consensos.
 - Refletir sobre o papel das diferentes partes interessadas na promoção da ação climática e sobre a importância da cooperação e da colaboração para alcançar os objectivos climáticos globais.
 - Convide os participantes a partilharem as suas principais conclusões e lições aprendidas com a simulação.
6. Conclusão (5 minutos):
- Resumir as principais conclusões da simulação e sublinhar a importância do diálogo e da cooperação permanentes na abordagem das mudanças climáticas.

SESSÃO DOIS: O QUE É O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO?

Diapositivos 11-21 do PowerPoint e páginas 13-22 do caderno de exercícios

Nota: Recomenda-se que o formador reveja as páginas relevantes do livro de exercícios antes de conduzir a sessão de formação.

Introdução

Esta sessão fornece uma compreensão básica do financiamento climático, das disposições de financiamento climático na Convenção e no Acordo de Paris, e do estado do financiamento climático na negociação para apoiar a implementação do Acordo de Paris e da Convenção.

Objetivos Aprendizagem

No final da sessão, os participantes serão capazes de compreender:

- Os princípios básicos do financiamento da luta contra as mudanças climáticas.
- Disposições relativas ao financiamento da luta contra as mudanças climáticas previstas na Convenção e no Acordo de Paris.
- Estado do financiamento da luta contra as mudanças climáticas nas negociações.

Abordagem da sessão

Esta sessão começará com a projeção de um vídeo sobre as noções básicas de financiamento da luta contra as mudanças climáticas, seguido de um exercício em plenário ou de um debate em pequenos grupos para estimular a reflexão e o nível de compreensão do financiamento da luta contra as mudanças climáticas por parte do formador. O formador iniciará então as apresentações em Powerpoint que fornecem uma visão geral do financiamento climático.

Cronograma

Vídeo e debate em plenário: 15 minutos
Apresentação em Powerpoint: 20 minutos
Exercício de grupo: 15 minutos

Orientações sobre a utilização dos diapositivos

O material de recurso para estes diapositivos pode ser encontrado na versão do livro de exercícios do curso. Esta informação destina-se a ajudar o formador a desenvolver as mensagens dos diapositivos. Em seguida, são incluídas breves explicações dos principais pontos de discussão (mensagens para levar para casa) de alguns diapositivos; estes são os diapositivos para os quais é necessária mais explicação.

Diapositivo 12: Depois de ver o vídeo sobre "O que é o Financiamento Climático", são apresentadas as seguintes perguntas para discussão em plenário. Algumas respostas possíveis são fornecidas abaixo como referência para o formador.

- Concorda ou discorda que os poluidores devem pagar tanto a atenuação como a adaptação às mudanças climáticas?
- Os poluidores devem pagar tanto a atenuação como a adaptação às alterações climáticas. Trata-se de justiça climática. Os países em desenvolvimento, em especial os Países menos avançados -PMA (*LDC'S*) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (*SIDS*), foram os que menos contribuíram para a causa das alterações climáticas, mas são os que suportam o peso dos seus impactos. Os PMA e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento estão na linha da frente da crise climática, com menos capacidade e recursos limitados para fazer face aos impactos adversos das mudanças climáticas. Os países desenvolvidos têm uma obrigação histórica para com os países em desenvolvimento de apoiar a execução de acções no domínio do clima.
- Porque é que o vídeo afirma que o financiamento da luta contra as mudanças climáticas deve ser maioritariamente constituído por subvenções? Concordas ou discordas deste ponto de vista?
- Concordar que o financiamento da luta contra as mudanças climáticas deve ser maioritariamente concedido, uma vez que se trata de uma questão histórica de responsabilidade e princípio da equidade e das responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais. Os países e comunidades vulneráveis devem receber apoio financeiro público baseado em subvenções, em grande escala e de fácil acesso, para fazer face às alterações climáticas.
- Porque é que os Países Menos Avançados -PMA (*LDC'S*) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (*SIDS*) optariam por empréstimos ou capital próprio em vez de subvenções para acções climáticas?
- Os PMA e os PEID devem receber subvenções para acções climáticas, atenuação, adaptação e responder a perdas e danos. Os PMA e os PEID não devem contrair empréstimos ou participações em acções climáticas. No entanto, em alguns domínios em que existe potencial para o envolvimento e a inovação do sector privado, poderá valer a pena contrair empréstimos em condições favoráveis ou participações no capital, em especial para acções de atenuação como as energias renováveis, o desenvolvimento industrial ecológico, o desenvolvimento de transportes ecológicos, etc.

Diapositivo 13: É importante sublinhar a importância de uma definição comum de financiamento climático. Os países menos avançados têm vindo a insistir numa definição comum de financiamento climático nas negociações sobre o financiamento climático. Sem uma definição comum de financiamento climático, é difícil determinar o que é e o que não é financiamento climático. Em conformidade com o n.º 3 do artigo 4.º da Convenção, os países em desenvolvimento consideram que os países desenvolvidos devem fornecer recursos financeiros novos e adicionais para cobrir a totalidade dos custos incorridos pelos países em desenvolvimento. No entanto, na ausência de uma definição comum de financiamento da luta contra as mudanças climáticas, o objetivo de 100 mil milhões de dólares por ano até 2020 mostra claramente que cerca de 68% do financiamento público da luta contra as alterações climáticas concedido através de canais bilaterais e multilaterais são empréstimos e as subvenções representam apenas cerca de 30% em 2021.

Consultar o livro de exercícios do curso de curta duração sobre os antecedentes do Comité Permanente das Finanças e os relatórios publicados sobre a definição de financiamento da luta contra as mudanças climáticas.

Diapositivo 14: Salientar os princípios da "responsabilidade comum mas diferenciada e da respectiva capacidade", tal como consagrados na Convenção e no Acordo de Paris, as Partes que são países desenvolvidos

destinam-se a fornecer recursos financeiros para ajudar as Partes que são países em desenvolvimento a implementar os objectivos da Convenção e do Acordo de Paris.

Diapositivos 16-18: O financiamento climático e o objetivo de 100 mil milhões de dólares. As principais mensagens a reter incluem:

- O compromisso dos países desenvolvidos de 100 mil milhões de dólares por ano até 2020 não foi cumprido em 2021.
- O financiamento público da ação climática concedido bilateralmente e através de canais multilaterais atingiu 73,2 mil milhões de dólares em 2021. No entanto, a maior parte é concedida através de empréstimos (68 %, 49,6 mil milhões de dólares) e as subvenções representam apenas 30 % (20,2 mil milhões de dólares), enquanto o investimento em capital próprio continua a ser marginal.
- A mitigação representa a maior parte (60%) do total do financiamento climático disponibilizado e mobilizado, a adaptação representa apenas 27% e a vertente transversal 13%.

Diapositivo 19: Existe um desequilíbrio entre o financiamento da atenuação e da adaptação. Talvez seja bom sublinhar que a adaptação é subfinanciada e que a necessidade de adaptação está a aumentar urgentemente à medida que a crise climática se desenrola e agrava as vidas e os meios de subsistência das comunidades vulneráveis.

Exercícios de grupo

□ Por que razão considera que uma definição comum de financiamento climático é importante no âmbito do regime climático?

□ Porque é que acha que é tão difícil estabelecer uma definição comum para o financiamento climático?

Que implicações pensa que isso terá na definição do *NCQG* (*Novo objetivo coletivo quantificado*)?

O formador pode decidir realizar este exercício em pequenos grupos ou recolher uma resposta a cada pergunta de cada participante e discuti-la em plenário. A ideia é fazer um brainstorming e alargar a compreensão sobre a definição de financiamento climático. Porque é que é importante ter uma definição comum de financiamento climático, porque é que é difícil chegar a acordo sobre uma definição comum de financiamento climático e quais são as implicações sem uma definição comum?

Algumas respostas possíveis para referência do formador incluem:

Por que razão considera que uma definição comum de financiamento climático é importante no âmbito do regime climático?

- As Partes que são países desenvolvidos fornecerão recursos financeiros para ajudar as Partes que

são países em desenvolvimento, tanto no que respeita à atenuação como à adaptação.

- O financiamento da luta contra as mudanças climáticas deve ser novo e complementar à APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento). A APD não deve ser reempacotada como financiamento climático.
- Sem uma definição comum de financiamento da luta contra as mudanças climáticas, é difícil determinar o que é e o que não é financiamento da luta contra as mudanças climáticas.

- Necessário para contabilizar, comunicar e acompanhar os progressos do financiamento da luta contra as mudanças climáticas fornecidos e mobilizados pelos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

Porque é que acha que é tão difícil estabelecer uma definição comum para o financiamento climático? Que implicações pensa que terá na definição do *NCQG* (Novo objetivo coletivo quantificado)?

- As Partes que são países desenvolvidos devem estar dispostas a estabelecer uma definição comum de financiamento da luta contra as mudanças climáticas.
- Os desafios metodológicos e técnicos podem ser resolvidos.
- Disposições de transparência insuficientes.
- Falta de confiança entre as partes dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

SESSÃO TRÊS: FLUXOS GLOBAIS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E INSTRUMENTOS

Diapositivos 22-30 do PowerPoint e páginas 23-30 do caderno de exercícios

Nota: Recomenda-se que o formador reveja as páginas relevantes do livro de exercícios antes de conduzir a sessão de formação.

Introdução

Com base no processo de aprendizagem da sessão anterior (noções básicas de financiamento climático, obrigações ao abrigo da Convenção e do Acordo de Paris e o estado do financiamento climático nas negociações), esta sessão leva-nos a mais um importante debate sobre os fluxos e instrumentos globais de financiamento climático - uma panorâmica dos fluxos de financiamento climático dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, tendências e lacunas dos fluxos globais de financiamento climático e instrumentos para canalizar o financiamento climático para os países em desenvolvimento para acções de atenuação e adaptação.

Objetivos de aprendizagem

No final da sessão, os participantes serão capazes de:

- Alargar a sua compreensão dos fluxos de financiamento climático dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, das tendências dos fluxos de financiamento climático, das lacunas, bem como dos instrumentos e canais dos fluxos de financiamento climático para apoiar acções de atenuação e adaptação nos países em desenvolvimento.

Abordagem da sessão

A sessão utilizará em grande parte uma apresentação em Powerpoint que fornece gráficos e números visuais para mostrar o panorama dos fluxos de financiamento climático dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, incluindo instrumentos e canais.

Cronograma

Apresentação em Powerpoint: 20 minutos

Exercício de grupo: 25 minutos

Orientações sobre a utilização dos diapositivos

O material de recurso para estes diapositivos pode ser encontrado na versão do livro de exercícios do curso. Esta informação destina-se a ajudar o formador a desenvolver as mensagens dos diapositivos. Seguem-se breves explicações dos principais pontos de discussão (mensagens para levar para casa) de alguns diapositivos; estes são os diapositivos para os quais é necessária mais explicação.

Diapositivo 23: O facilitador pode salientar que os fluxos globais de financiamento climático em 2019/2020 ascendem a 803 mil milhões de dólares, de acordo com o relatório do SCF (Comité Permanente das Finanças). A mitigação continua a ser a maior parte dos fluxos de financiamento climático e é largamente impulsionada pelo investimento em energia limpa, eficiência energética na construção e transportes sustentáveis. A quota-parte do financiamento da adaptação continua a ser muito baixa: 49 mil milhões de dólares em 2019/2020 (cerca de 6% dos fluxos globais de financiamento da luta contra as alterações climáticas). A principal mensagem é que existe um desequilíbrio entre a atenuação e a adaptação. O apoio à adaptação continua a ser muito baixo em comparação com a atenuação, como demonstram os fluxos globais de financiamento da luta contra as mudanças climáticas.

Diapositivo 24: Do mesmo modo, o relatório da OECD (A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) sobre a entrega de 100 mil milhões de dólares dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento ascende a 89,9 mil milhões de dólares em 2021. Também neste caso, a atenuação representa 60% do total dos financiamentos mobilizados e fornecidos pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, a adaptação representa apenas 27% e a vertente transversal representa 13% do total dos fluxos financeiros.

Diapositivo 25: Na mesma linha, a Iniciativa de política climática estimou que a média anual dos fluxos globais de financiamento climático atingiu 1,3 biliões de dólares em 2021/2022. O investimento em mitigação atingiu USD 1,2 biliões (92%), enquanto o financiamento da adaptação ascendeu a 62 mil milhões de dólares (5%) e o financiamento transversal a 41 mil milhões de dólares (3%).

Embora o Acordo de Paris preveja claramente (n.º 4 do artigo 9.º) que o aumento dos recursos financeiros deve ter por objetivo alcançar um equilíbrio entre a adaptação e a atenuação, tendo em conta as estratégias nacionais e as prioridades e necessidades das Partes que são países em desenvolvimento, em especial os que são particularmente vulneráveis aos impactos adversos das alterações climáticas e têm limitações significativas em termos de capacidade, como os PMA e os PEID, esse equilíbrio não foi alcançado. Os fluxos globais de financiamento da luta contra as mudanças climáticas estimados pelas instituições (como o SCF, a OCDE, o CPI, etc.) mostram claramente o desequilíbrio entre a adaptação e a atenuação. O financiamento da adaptação fica muito aquém do da atenuação.

Diapositivo 28-29: Ao explicar o diapositivo, pode ser importante sublinhar os instrumentos financeiros utilizados na canalização de fundos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Embora exista uma obrigação clara de os países desenvolvidos apoiarem os países em desenvolvimento nas acções relativas ao clima, os recursos financeiros canalizados para os países em desenvolvimento assumem sobretudo a forma de empréstimos, e sobretudo à taxa de mercado. O relatório da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) sobre a evolução do objetivo de 100 mil milhões de dólares e o IPC

O relatório do *CPI* (iniciativa política climática) 2023 sobre os fluxos globais de financiamento mostra claramente que o empréstimo foi o instrumento financeiro mais comum utilizado para canalizar o financiamento climático a nível mundial, seguido do capital próprio e depois das subvenções. As conclusões do relatório *CPI* (iniciativa política climática) 2023 sobre os fluxos globais de financiamento do clima são apresentadas de seguida:

- A dívida foi o instrumento financeiro mais comum utilizado para canalizar o financiamento da luta contra as alterações climáticas
A nível mundial (766 mil milhões de dólares ou 61%), seguida das participações (422 mil milhões de dólares ou 33%) e das subvenções (69 mil milhões de dólares ou 5%), num montante de 1,3 biliões de dólares.
- Do total do financiamento da dívida, 561 mil milhões de dólares, ou 53%, foram concedidos à taxa de mercado e apenas 11% foram concedidos em condições favoráveis.
- A dívida de baixo custo ao nível dos projectos constituiu apenas 6 % do financiamento climático global e atingiu 76 mil milhões de dólares em 2021/2022.
- O peso da dívida e a sustentabilidade da dívida continuam a ser uma grande preocupação para os países em desenvolvimento e para os PMA em particular.

Exercícios de grupo

- **Quais são as principais fontes de financiamento da luta contra as alterações climáticas e em que medida diferem em termos de escala e de acesso aos países em desenvolvimento?**
- **Quais são, na sua opinião, os três desafios mais prementes para garantir o financiamento da luta contra as alterações climáticas com vista à aplicação dos CND (Contribuições Nacionalmente Determinadas), PNA (Plano Nacional de Adaptação) e das LTS (financiamento climático a longo prazo) no seu país e porquê?**
- **Tendo em conta que os principais fluxos de financiamento da luta contra as mudanças climáticas são frequentemente efetuados através de empréstimos a taxas de mercado, como é que o financiamento da luta contra as alterações climáticas pode ser equitativo e justo para os países em desenvolvimento, em particular Países Menos Avançados -PMA e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)**

O formador pode organizar um trabalho de grupo de três grupos para debater cada uma das questões acima referidas. Uma vez concluído o trabalho de grupo, o grupo pode apresentar-se em plenário e pedir opiniões e contributos de outros grupos. Isto ajudaria a poupar tempo e, ao mesmo tempo, permitiria uma participação inclusiva, bem como a partilha de lições e experiências de diferentes contextos.

Algumas respostas possíveis são indicadas abaixo como referência para o facilitador, mas não são necessariamente as únicas respostas corretas.

Quais são as principais fontes de financiamento da luta contra as mudanças climáticas e em que medida diferem em termos de escala e de acesso aos países em desenvolvimento?

- As fontes podem incluir fundos públicos (bilaterais e multilaterais), fundos privados mobilizados através das finanças públicas, fundos nacionais e internacionais.

- O financiamento público baseado em subvenções é geralmente de pequena escala e de difícil acesso. Por exemplo, o *GCF* (Fundo Verde para o Clima). Por outro lado, os empréstimos concedidos por instituições financeiras bilaterais e multilaterais são em grande escala e acessíveis.

Na sua opinião, quais são os desafios mais prementes para garantir o financiamento climático para a implementação das *CND* (Contribuições nacionalmente determinadas), *PNA* (Plano Nacional de Adaptação) e das *LTS* (financiamento climático a longo prazo) no seu país e porquê?

- Processo complexo e requisitos rigorosos. Por exemplo, o *GCF* (Fundo Verde para o Clima).
- Coordenação inadequada a nível nacional e local.
- Fraca liderança a nível nacional e local.
- Limitações de capacidade.

Dado que os principais fluxos de financiamento da luta contra as mudanças climáticas são frequentemente efectuados através de empréstimos a taxas de mercado, como é que o financiamento da luta contra as mudanças climáticas pode ser equitativo e justo para os países em desenvolvimento, em especial os *PMA* e os *PEID*?

- Operacionalizar as necessidades e prioridades especiais dos países que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas e que têm limitações significativas em termos de capacidade, como os *PMA* e os *SID*.
- Dar prioridade ao financiamento público baseado em subvenções para os *PMA* e os *PEID*.
- Simplificar o processo de aprovação para os *PMA* e os *SID*.

SESSÃO QUATRO: MECANISMOS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E DESAFIOS DE ACESSO

Diapositivos 31-54 do PowerPoint e páginas 31-45 do caderno de exercícios

Nota: Recomenda-se que o instrutor reveja as páginas relevantes do livro de exercícios antes de conduzir a sessão de formação.

Introdução

Esta sessão prossegue o processo de apresentação de uma panorâmica das entidades operacionais do mecanismo financeiro estabelecido ao abrigo da Convenção e do Acordo de Paris. A sessão ajudará os participantes a obter uma compreensão mais ampla das modalidades de acesso, dos domínios de programação estratégica, dos critérios de investimento e dos instrumentos de cada uma das entidades operacionais, nomeadamente o Fundo Mundial para o Ambiente, o Fundo para os Países Menos Avançados, o Fundo Especial para as Alterações Climáticas, o Fundo de Adaptação, o Fundo Verde para o Clima e o Fundo para Perdas e Danos.

Objetivos de aprendizagem

No final da sessão, os participantes serão capazes de

- Compreender as principais entidades operacionais do mecanismo financeiro da Convenção e do Acordo de Paris
- Aprofundar o conhecimento das modalidades de acesso, dos domínios de programação estratégica, dos critérios de investimento, dos instrumentos, etc. de cada uma das entidades operacionais.
- Obter uma compreensão geral dos processos de elaboração de propostas no âmbito das respectivas entidades operacionais.

Abordagem da sessão

A sessão utilizará em grande parte uma apresentação em Powerpoint através de gráficos e figuras visuais para explicar as modalidades de acesso de cada uma das entidades operacionais e as prioridades de programação e critérios de investimento.

Cronograma

Apresentação em Powerpoint: 30 minutos

Exercício de grupo: 15 minutos

Orientações sobre a utilização de diapositivos

O material de recurso para estes diapositivos pode ser encontrado na versão do livro de exercícios do curso. Esta informação destina-se a ajudar o formador a desenvolver as mensagens dos diapositivos. Em seguida, são incluídas breves explicações dos principais pontos de discussão (mensagens para levar para casa) de alguns diapositivos; estes são os diapositivos para os quais é necessária mais explicação.

Diapositivo 31: O facilitador pode destacar algumas das principais barreiras e desafios no acesso ao financiamento climático para a implementação dos NDCs (Contribuições determinadas a nível nacional), NAPs (Plano Nacional de Adaptação) e das LTS (financiamento climático a longo prazo). Os principais obstáculos e desafios serão discutidos em mais pormenor no trabalho de grupo.

Diapositivo 39: O facilitador pode sublinhar que o *LDCF* (Fundo para os Países Menos Desenvolvidos) é o único fundo dedicado aos países menos desenvolvidos. Durante o GEF (Fundo Mundial para o Ambiente) -8 (1 de julho de 2022 - 30 de junho de 2026), o limite máximo do *LDCF* (Fundo para os Países Menos Desenvolvidos) foi aumentado para 20 milhões de dólares por país (10 milhões de dólares por país durante o Fundo Mundial para o ambiente *GEF -7*).

Diapositivo 50: Plano Estratégico do GCF (Fundo Verde para o Clima) para 2024-2027. Depois de explicar o Plano Estratégico do GCF (Fundo Verde para o Clima) para 2024-2027, o facilitador pode também explicar a estratégia aprovada para o Programa de Preparação e Apoio Preparatório, uma vez que é importante para os participantes compreenderem o apoio disponível através de subvenções de preparação. Na Estratégia de Preparação revista, as subvenções de preparação serão concedidas através de duas modalidades: **A modalidade de apoio ao país e a modalidade de entidade de acesso direto (DAE)**. A modalidade de apoio ao país terá uma dotação de recursos de 4 milhões de dólares americanos por país, por um período de 4 anos, para prestar apoio às NDA (Autoridades nacionais designadas) ou aos pontos focais, a fim de colmatar lacunas de capacidade e outras actividades conexas; até 0,32 milhões de dólares americanos para acesso direto pelos PMA/SIDS por país, durante 4 anos, para apoiar as NDA (Autoridades nacionais designadas) e os pontos focais; até 3 milhões de dólares americanos para a preparação dos NAPs (Plano Nacional de Adaptação); e até 3 milhões de dólares americanos por país para apoiar a transição entre a elaboração e a aplicação dos NAPs (Plano Nacional de Adaptação). E ao abrigo da modalidade *DAE* (Entidade de Acesso Direto), a *DAE* terá acesso direto, em coordenação com a NDA (Autoridades nacionais designadas), a 1 milhão de dólares por entidade durante um período de 4 anos.

Diapositivo 51-53: Uma vez que o fundo para responder às perdas e danos está a ser operacionalizado, o facilitador deve destacar as prioridades dos PMA (Países menos Avanzados) e transmitir que os PMA devem atualizar-se sobre a decisão do Conselho do LDF (Fundo para perdas e danos) e começar a trabalhar em mecanismos a nível nacional e local para aceder e receber esses fundos.

Exercícios de grupo

- **Quais são os principais obstáculos e desafios ao acesso ao financiamento climático a nível nacional? Como ultrapassar esses obstáculos e desafios para aceder ao financiamento das acções climáticas para adaptação, atenuação, estratégia a longo prazo, perdas e danos?**

O formador pode envolver os participantes em pequenos grupos de discussão para permitir uma troca perspicaz de questões-chave e barreiras no acesso ao financiamento climático em diferentes contextos. Também permite o pensamento crítico para soluções inovadoras para ultrapassar as barreiras e os desafios. A apresentação do trabalho de grupo em plenário ajudará a alargar a compreensão das principais questões, barreiras e desafios e soluções inovadoras.